## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

## **LEI Nº 6.729, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1979**

Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 3º Constitui objeto de concessão:
- I a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor;
- II a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão;
  - III o uso gratuito de marca do concedente, como identificação.
  - § 1º A concessão poderá, em cada caso;
  - a) ser estabelecida para uma ou mais classes de veículos automotores;
- b) vedar a comercialização de veículos automotores novos fabricados ou fornecidos por outro produtor.
  - § 2º Quanto aos produtos lançados pelo concedente:
- a) se forem da mesma classe daqueles compreendidos na concessão, ficarão nesta incluídos automaticamente;
- b) se forem de classe diversa, o concessionário terá preferência em comercializálos, se atender às condições prescritas pelo concedente para esse fim.
- § 3º É facultado ao concessionário participar das modalidades auxiliares de venda que o concedente promover ou adotar, tais como consórcios, sorteios, arrendamentos mercantis e planos de financiamento.
  - Art. 4º Constitui direito do concessionário também a comercialização de:
- I implementos e componentes novos produzidos ou fornecidos por terceiros, respeitada, quanto aos componentes, a disposição do art. 8°;
- II mercadorias de qualquer natureza que se destinem a veículo automotor, implemento ou à atividade da concessão;
  - III veículos automotores e implementos usados de qualquer marca.

Parágrafo único. Poderá o concessionário ainda comercializar outros bens e prestar outros serviços, compatíveis com a concessão.

Art. 20. A concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores será ajustada em contrato que obedecerá forma escrita padronizada para cada marca e especificará produtos, área demarcada, distância mínima e quota de veículos automotores, bem como as condições relativas a requisitos financeiros, organização

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

administrativa e contábil, capacidade técnica, instalações, equipamentos e mão-de-obra especializada do concessionário.

Art. 21. A concessão comercial entre produtor e distribuidor de veículos automotores será de prazo indeterminando e somente cessará nos termos desta Lei. Parágrafo único. O contrato poderá ser inicialmente ajustado por prazo determinado, não inferior a cinco anos, e se tornará automaticamente de prazo indeterminado se nenhuma das partes manifestar à outra a intenção de não prorrogá-lo, antes de cento e oitenta dias do seu termo final e mediante notificação por escrito devidamente comprovada. Art. 28. O concedente poderá contratar, com empresa reparadora de veículos ou vendedora de componentes, a prestação de serviços de assistência ou a comercialização daqueles, exceto a distribuição de veículos novos, dando-lhe a denominação de serviço autorizado. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 8.132, de 26/12/1990) Parágrafo único. Às contratações a que se refere este artigo serão aplicados, no que couber, os dispositivos desta Lei. " Art. 29. As disposições do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, não se aplicam às operações de compra de mercadorias pelo concessionário, para fins de comercialização.